



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO

Nº 4/2012

Reunião ordinária da Assembleia Municipal
Realizada em 28 de Fevereiro de 2012

MOÇÃO

CONTRA O RETROCESSO SOCIAL

Como consequência do aprofundamento da política de direita e das imposições em curso do pacto de agressão negociado entre PS, PSD e CDS e o FMI, BCE e UE, assiste-se no país a uma acelerada degradação das condições de vida da generalidade da população, do aumento da exploração dos trabalhadores, das injustiças e do acentuado declínio económico.

Fica cada vez mais claro que o rumo imposto com tal pacto não só não está a resolver nenhum dos problemas do País como, a cada dia que passa, os agrava.

Isso está patente na acentuação do quadro recessivo em que a economia nacional foi mergulhada, com sucessivas revisões em baixa da evolução prevista para o PIB (entre a assinatura do pacto de agressão em Maio do ano passado e os nossos dias, a previsão de queda do PIB em 2012, quase duplicou tendo passado de -1,8% para -3,3%).

As políticas económicas e sociais a que o pacto obriga, estão a atirar o nosso País para uma recessão ainda mais profunda que pode arrastar-se por vários anos, com graves consequências nos níveis de desemprego, da precariedade, no aprofundamento do desequilíbrio na distribuição do rendimento, no aumento dos índices de pobreza e no agravamento das assimetrias regionais.

É particularmente significativo que, no preciso momento em que foi apresentado pelo governo o pacote de alterações à legislação laboral, o INE tenha dado a conhecer um novo e alarmante aumento da taxa de desemprego que, em sentido lato, atinge os 20,3%, o que corresponde a mais de 1 milhão e 160 mil desempregados.

Uma situação que revela um caminho de afundamento económico que, a não ser interrompido, se agravará ainda mais no futuro.

O agravamento da exploração, assente no ataque aos rendimentos do trabalho e aos direitos dos trabalhadores – eixo e objectivo centrais da política que está em curso –, é acompanhado por uma ampla ofensiva que atinge os mais diversos aspectos da vida das populações que liquida direitos, degrada condições de vida e arruína a produção e os micro, pequenos e médios empresários.

Uma ofensiva que atinge gravemente: o direito à saúde dos portugueses, com aumentos inoportáveis nas taxas moderadoras e cortes brutais no financiamento do SNS; o direito à habitação, com a aprovação de uma lei dos despejos que lançará para a rua milhares de famílias; o poder local e os serviços públicos; o direito à mobilidade com o ataque ao transporte público, nomeadamente com os aumentos inoportáveis no preço dos transportes; a escola pública e o direito à educação, traduzida nos cortes ao financiamento, nas alterações curriculares, na eliminação de apoios sociais aos estudantes.

As propostas de alteração à legislação laboral, apresentadas pelo governo na Assembleia da República, constituem no quadro desta vasta ofensiva uma autêntica declaração de guerra aos trabalhadores e contra os seus direitos (facilitação dos despedimentos e a redução das indemnizações; o ataque à contratação colectiva; a redução do valor do pagamento das horas extraordinárias e do trabalho em dias de descanso; a imposição do banco de horas; a eliminação de quatro feriados e redução dos dias de férias). Trata-se de um projecto para alterar radicalmente as relações laborais e que o governo pretende agora estender aos trabalhadores da Administração Pública com a revisão do regime de Trabalho em Funções Públicas.

Não pode por isso deixar de se sublinhar como um elemento marcante na evolução da situação política nacional a dimensão e o significado histórico da manifestação do passado dia 11 de Fevereiro, no Terreiro do Paço, em Lisboa. Manifestação que é uma inequívoca expressão da ampliação do descontentamento com o actual rumo do país e sinal claro da acentuada erosão da base social de apoio do governo. Uma manifestação que se integra numa nova fase da luta contra a política de direita em Portugal.

Num momento em que emergem com mais nitidez as consequências ruinosas para o País e para o seu desenvolvimento da aplicação do Pacto de Agressão, a luta pela sua rejeição constitui um imperativo nacional, um objectivo patriótico indispensável à defesa da dignidade e das condições de vida dos portugueses e da soberania nacional.

Assim, a Assembleia Municipal do Barreiro reunida em sessão decide:

- Solidarizar-se com a luta dos trabalhadores e apela à participação de todos na organização e mobilização para a Greve Geral do próximo dia 22 de Março;
- Repudia a proposta de lei 46/XII (3ª revisão do código do trabalho), assente no acordo entre o grande capital nacional e a UGT que é uma farsa em relação aos objectivos que proclama e um retrocesso inqualificável em matéria de direitos laborais e sociais.

Aprovada por maioria, com 20 votos a favor da CDU e do BE e 13 votos contra do PS e do PSD

O Presidente da Assembleia Municipal



Frederico Pereira